

Pagamento de Bolsas na Educação de Jovens e Adultos como uma Estratégia para a Redução da Evasão Escolar

Enélio Gonçalves Lucas

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - PY

Resumo:

O pagamento de bolsas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma estratégia possível para a redução da evasão escolar, pois concede apoio financeiro, possibilitando que mais pessoas retornem aos estudos. Essa abordagem pode aliviar as dificuldades econômicas enfrentadas por muitos alunos e pode estimular a valorização da educação como uma ferramenta de transformação pessoal e social. Frente a isso, este estudo de natureza bibliográfica tem como objetivo geral examinar a aproximação da estratégia do pagamento de bolsas para estudantes da EJA a fim de se ter um caminho possível para a redução da evasão escolar. Os resultados evidenciaram que o incentivo à permanência na escola, por meio das bolsas, contribui para aumentar o nível de escolaridade e promove a inclusão e a redução das desigualdades educacionais. Além disso, a continuidade dos estudos pode abrir portas para novas oportunidades profissionais, criando um ciclo virtuoso que beneficia não apenas os estudantes, mas toda a comunidade. Investir em políticas de incentivo à EJA por meio de bolsas sendo, portanto, um passo essencial para construir um futuro mais promissor.

Palavras-chave: Bolsas de Manutenção. Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar.



Recebido em: out. 2024; Aceito em: mar. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.585

Liames do conhecimento: propostas investigativas em pauta

Maio, 2025, v. 3, n. 26

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Scholarship Payments in Adult Education as a Strategy for Reducing School Dropout Rates

Abstract:

The provision of scholarships in Adult Education (AE) emerges as a viable strategy for mitigating school dropout rates by offering financial support that enables more individuals to return to their studies. This approach can alleviate the economic challenges faced by many students and foster the appreciation of education as a means of personal and social transformation. In this regard, the present bibliographic study aims to analyze the implementation of scholarship payments for AE students as a potential pathway to reduce school evasion. The results demonstrate that encouraging school retention through scholarships contributes to raising education levels and promotes inclusion while reducing educational inequalities. Furthermore, the continuation of studies can unlock new professional opportunities, creating a virtuous cycle that benefits not only the students but also the entire community. Therefore, investing in policies that support AE through scholarships is a critical step toward building a more promising future.

Keywords: Maintenance Scholarships. Adult Education. School Dropout.

Pago de Becas en la Educación de Jóvenes y Adultos como Estrategia para la Reducción del Abandono Escolar

Resumen:

El pago de becas en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) se presenta como una estrategia viable para reducir el abandono escolar, ya que proporciona apoyo financiero que permite a más personas retomar sus estudios. Esta estrategia puede aliviar las dificultades económicas que enfrentan muchos estudiantes, al mismo tiempo que fomenta la valorización de la educación como herramienta de transformación personal y social. En este contexto, el presente estudio, de naturaleza bibliográfica, tiene como objetivo general examinar la relación entre la estrategia del pago de becas para los estudiantes de EJA y su potencial para reducir el abandono escolar. Los resultados evidencian que el incentivo a la permanencia en la escuela, a través de las becas, contribuye a aumentar el nivel educativo y promueve la inclusión, así como la reducción de las desigualdades educativas. Además, la continuidad en los estudios puede abrir puertas a nuevas oportunidades laborales, creando un ciclo virtuoso que beneficia no solo a los estudiantes, sino a toda la comunidad. Invertir en políticas de incentivo a la EJA a través de becas se convierte, por tanto, en un paso esencial para construir un futuro más prometedor.

Palabras clave: Becas de Mantenimiento. Educación de Jóvenes y Adultos. Abandono Escolar.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, com o objetivo de assegurar a alfabetização e a conclusão das etapas da educação básica para aqueles que não tiveram acesso a essa formação durante a infância e juventude (Brasil, 1996). Essa proposta se fundamenta na premissa de que “a educação é um direito de todos e um dever do Estado”, buscando o desenvolvimento integral do indivíduo, sua preparação para a cidadania e sua capacitação para o mercado de trabalho (Brasil, 1988).

O direito à EJA é garantido por legislação (Lei 9394/96), em especial no artigo 37, que a classifica como uma modalidade da Educação Básica, englobando o Ensino Fundamental e Médio. Seu objetivo é atender aqueles que não puderam acessar a educação na idade apropriada, incluindo aqueles que não frequentaram a escola na infância e adolescência. A normativa estabelece que a EJA deve oferecer um ensino adaptado às necessidades desse público, considerando suas particularidades, interesses e condições de vida e trabalho. Para que essa modalidade educativa seja eficaz, é indispensável disponibilizar recursos materiais e intelectuais adequados (Brasil, 1996).

A EJA enfrenta diversos desafios no Brasil, frequentemente sendo relegada em políticas públicas e considerada uma prioridade secundária nos cursos de Licenciatura. Uma parte significativa dos materiais didáticos ainda se concentra na educação de crianças e adolescentes, marginalizando a EJA. Isso resulta na escassez de preparo adequado dos educadores para atender a essa modalidade, que demanda métodos pedagógicos e materiais específicos.

Conforme o Censo Demográfico de 2019, o Brasil enfrenta um desafio alarmante em relação à alfabetização, com 11 milhões de pessoas analfabetas, o que constitui uma barreira significativa ao progresso do país. Apesar dos avanços na conclusão do ensino médio, mais da metade dos adultos não alcançou essa etapa. Há acentuadas diferenças regionais e étnicas, sendo as menores taxas de conclusão observadas no Nordeste e entre pessoas pretas e pardas (IBGE, 2022). Além disso, o abandono escolar se torna mais evidente na transição do ensino fundamental para o médio, com muitos jovens abandonando

a escola em virtude da necessidade de trabalho ou da falta de motivação. Essa situação é alarmante, uma vez que 20,2% dos jovens entre 14 e 29 anos não completaram alguma parte da educação básica, refletindo uma profunda desigualdade educacional.

A Teoria do Capital Humano enfatiza a importância do investimento em educação para o aprimoramento das habilidades individuais, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Contudo, ao se concentrar unicamente na formação profissional, essa teoria negligencia o direito ao aprendizado contínuo e holístico. A Constituição de 1988 reconhece a educação como um direito universal, sem distinção de idade, evidenciando a necessidade de sanar a dívida histórica com a EJA. Se a ênfase estiver apenas na formação técnica, corre-se o risco de desvalorizar outras profissões e restringir as oportunidades educacionais para uma parte significativa da população, em especial os mais vulneráveis.

Darcy Ribeiro, crítico da Teoria do Capital Humano, argumenta que ela frequentemente ignora a realidade dos excluídos, e é a EJA que busca melhorar a qualidade de vida dos que se encontram em situações sociais desfavorecidas (Oliveira, 2021). Portanto, para que a educação seja verdadeiramente emancipadora, é imprescindível que transcenda a formação profissional, englobando a complexidade e promovendo a inclusão de todos em um processo contínuo de aprendizado e qualificação.

A EJA deve ser entendida como uma ferramenta fundamental para a reparação histórica e a igualdade de oportunidades. Conforme o Parecer Nacional 11/2000, a EJA desempenha três funções principais: reparação, equalização e qualificação. Ela visa corrigir a exclusão educacional vivida na infância e adolescência, proporcionar igualdade de condições e qualificar os indivíduos ao longo de suas vidas, permitindo que participem plenamente da sociedade e do mercado de trabalho. Esse paradigma de educação emancipatória, defendido por Paulo Freire, posiciona a educação como um meio de transformação social, e não meramente como uma ferramenta de conformismo.

Portanto, para que o Brasil alcance uma democracia verdadeira, é fundamental superar o analfabetismo e garantir o direito à educação para todos.

A EJA não é apenas um meio de promover a alfabetização, mas um componente essencial para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de classe social, etnia, gênero ou crença, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Diante desse cenário, este estudo de natureza bibliográfica tem a meta de examinar a aproximação da estratégia do pagamento de bolsas para estudantes da EJA a fim de se ter um caminho possível para a redução da evasão escolar. Para alcançar esse objetivo, é fundamental reconhecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito inalienável, e não como um estigma ou mera alternativa. A priorização da EJA nas políticas públicas educacionais é essencial para assegurar que todos os brasileiros tenham pleno acesso ao direito à educação (Friedrich et al., 2010).

Metodologias para a EJA

Primeiramente, ao discutirmos a educação, é imprescindível considerar as diversas maneiras como ela é percebida na atualidade. É fundamental refletir sobre a pertinência da teoria em relação à prática educativa. Com frequência, ouvimos que a educação possui o potencial de transformar vidas, possibilitando a ascensão social e econômica e promovendo a integração dos indivíduos na sociedade. Existe uma busca incessante por formação e conhecimento, e mais do que apenas estar informado, é essencial saber empregar esse conhecimento para alterar a própria realidade.

Embora essa perspectiva seja bastante comum, nem sempre ela se alinha às expectativas referentes aos educadores no espaço escolar. Essa visão pode ser limitante, pois não considera importantes aspectos da sociedade capitalista contemporânea. Desde suas origens, a escola foi concebida para suprir a demanda de conhecimentos básicos para os trabalhadores, uma necessidade emergente com a ascensão do capitalismo. A escola surgiu como um instrumento de preparação para o mercado de trabalho, mas ao longo do tempo, a luta por liberdade e igualdade trouxe novos desafios à noção de educação.

Teoricamente, a educação deveria favorecer a igualdade social e econômica, viabilizando a ascensão social e combatendo a marginalização. Contudo, há um questionamento sobre a viabilidade dessa meta, levando à

afirmação de que, muitas vezes, a educação apenas reproduz as desigualdades existentes. Alguns argumentam que a educação serve para manter o status quo e restringir direitos fundamentais, enquanto outros apontam que ela perpetua a marginalização dos cidadãos.

Sobre esses aspectos, Bertrand (2005) reflete que a operação que garante as competências e as habilidades (*savoir-faire*) de um indivíduo em relação a uma norma formalizada. O valor da certificação para os indivíduos baseia-se também na possibilidade de acesso a um nível educacional superior, a um emprego ou, inclusive, a certo prestígio social. Pode também ser um elemento de definição da identidade dos indivíduos e das profissões. Pode constituir uma linha divisória entre os que possuem um título e os que têm necessidade dele a certificação pode ser um instrumento de referência que permite medir os progressos e avaliar os resultados que não só interessam ao sistema de formação, como também ao desenvolvimento socioeconômico, em seu conjunto (Bertrand, 2005).

Demerval Saviani, um renomado educador brasileiro, analisou essas teorias educacionais. Ele propôs que a educação deve capacitar cidadãos livres e autônomos, mas observou que, na prática, a escola frequentemente reforça a alienação característica da sociedade capitalista. Saviani (2007) classifica essas teorias em dois grupos: as não críticas, que incluem a pedagogia tradicional, a nova e a tecnicista, que acreditam que a universalização da educação é suficiente para combater a marginalização; e as teorias críticas reprodutivistas, que veem a educação como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Reforça ainda que a cumplicidade entre o público e o privado, passa pelo favorecimento à privatização e chega à transferência do dever de educar para a sociedade civil, assegurando-se ao Estado o direito de controle.

A pedagogia tradicional foca na transmissão de conhecimento por parte do educador, enquanto a pedagogia nova ressalta a função do professor como facilitador da aprendizagem, mas sem promover uma análise crítica do contexto social. A pedagogia tecnicista prioriza a eficiência do ensino, desconsiderando a capacidade do aluno de transformar sua realidade. Embora essas abordagens busquem ensinar, elas falham em resolver a marginalização social.

Assim, emergem teorias críticas que investigam a real contribuição da escola para a mobilidade social e econômica. Autores influenciados pelo marxismo analisam como o sistema educacional pode perpetuar desigualdades sociais. É essencial compreender que a escola não atua de forma isolada, mas deve levar em conta a realidade dos alunos e sua capacidade de transformá-la.

Nesse sentido, Frigotto (2011) aponta que a resistência dos aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais às propostas de uma educação pública, gratuita, universal, laica e unitária revela tanto o cinismo do movimento quanto a luta pela predominância do pensamento educacional mercantil nas escolas públicas. Embora existam algumas intenções opostas, as reformas que procuram conciliar, ao invés de confrontar, os interesses da minoria dominante com as necessidades da maioria desfavorecida acabam por beneficiar essa minoria, perpetuando a divisão na educação, a ausência de um sistema nacional de ensino e a desigualdade manifesta em infraestrutura, formação, condições de trabalho e remuneração dos professores, resultando em uma qualidade de ensino insatisfatória para a maior parte da população (Frigotto, 2011).

Dessa forma, surgem teorias que percebem a escola como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, como a teoria do ensino enquanto violência simbólica e a noção da escola como um aparelho ideológico do Estado. Essas abordagens evidenciam o papel da escola na manutenção da marginalização.

Apesar de muitos educadores considerarem a escola um instrumento crucial para a ascensão social e econômica, é fundamental reconhecer que a educação, por si só, não garante igualdade econômica. Isso nos leva a valorizar a pedagogia de Paulo Freire, que enfatiza a importância do conhecimento dos alunos e busca transformar a realidade social (Di Pierro; Hadad, 2015, p. 197).

A pedagogia revolucionária de Saviani (2007) também destaca a importância da educação, mas reconhece que esta é moldada pelo contexto social. Tal abordagem visa assegurar igualdade social e incluir grupos marginalizados. Portanto, é imprescindível entender o ambiente escolar e considerar o conhecimento e a realidade dos alunos para promover uma educação que estimule a transformação social. Isso demanda uma postura

crítica e reflexiva por parte dos educadores, pois ensinar é um ato político, e a educação pode ser um verdadeiro catalisador de mudança na sociedade.

Evasão escolar: uma questão recorrente

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se firmou como uma ferramenta crucial para aqueles que não conseguiram finalizar sua educação na idade apropriada. Esses indivíduos, ao se afastarem dos sistemas de ensino convencionais, têm suas oportunidades de transformação social e inserção no mercado de trabalho seriamente prejudicadas.

Nesse contexto, a intervenção do Estado é fundamental na criação de estratégias que incentivem o retorno dos cidadãos aos estudos, além de fomentar uma conscientização social sobre a relevância da educação contínua em qualquer fase da vida. A EJA, nesse panorama, simboliza uma resistência e uma luta pela educação inclusiva, impulsionada pela contribuição de Paulo Freire, que dedicou-se à alfabetização de adultos como um caminho para a "libertação social". Seu legado é especialmente significativo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde seus impactos ainda são notáveis.

A EJA é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que abarca a educação para jovens, adultos e idosos fora da faixa etária tradicional. Esses estudantes encontram desafios sociais que dificultam seu aprendizado dentro do calendário escolar convencional. A superação desses obstáculos se inicia na matrícula, momento em que muitos enfrentam desconforto e frustração ao retornar aos estudos em idade avançada. Contudo, esse primeiro passo é apenas o início, e a permanência no sistema educacional se transforma em um desafio ainda maior. É comum que os alunos precisem equilibrar trabalho e família, resultando em desistências e interrupções no aprendizado.

Ao examinar as políticas públicas de alfabetização das décadas de 1940 e 1950, observamos as primeiras iniciativas para combater o analfabetismo, como os "supletivos", que buscavam erradicar uma taxa de analfabetismo que afetava cerca de 95% da população na época (IBGE, 2022). No entanto, essas políticas tinham caráter efêmero, partindo da suposição de que, uma vez

alfabetizados, os indivíduos não necessitariam de mais apoio. Infelizmente, tais metas não foram atingidas de maneira satisfatória, e o analfabetismo persiste, especialmente na forma de analfabetismo funcional, que é um dos principais obstáculos para a educação no Brasil.

O sistema educacional brasileiro ainda enfrenta grandes dificuldades na luta contra o analfabetismo e o analfabetismo funcional. Para abordar essa questão, é necessário um trabalho contínuo desde os primeiros anos de escolaridade, além de abordagens que envolvam os alunos de maneira significativa. Na EJA, as metodologias de ensino devem ser adaptadas à realidade dos estudantes, considerando seus contextos sociais e profissionais. A adoção de um "método ativo, dialógico e crítico", conforme defendido por Paulo Freire (1979), é fundamental para assegurar um aprendizado relevante e transformador. Muitos estudantes da EJA, como aqueles que trabalham em feiras ou estabelecimentos comerciais, buscam na educação a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades práticas que podem elevar sua qualidade de vida e ampliar suas oportunidades de emprego.

Santos (2003) ressalta que, para esses alunos, a escola deve respeitar e preservar sua identidade, mesmo diante dos desafios do processo educativo. A EJA precisa proporcionar um ambiente acolhedor, abordando simultaneamente os custos financeiros e emocionais que a continuidade dos estudos implica. Esses custos englobam questões financeiras e o desgaste físico e mental, que frequentemente levam à desistência, especialmente quando os alunos precisam dividir seu tempo entre estudos e trabalhos extenuantes.

Os motivos para a desistência de estudos entre alunos da EJA estão intimamente ligados à necessidade de sustento familiar. Muitos desses estudantes enfrentam jornadas de trabalho que dificultam o equilíbrio entre estudo e profissão. Com o avanço do ano letivo, o cansaço físico e mental se intensifica, tornando ainda mais desafiador manter a continuidade nos estudos. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas direcionadas à EJA considerem esses aspectos e ofereçam suporte contínuo para assegurar que os alunos permaneçam na escola. A EJA deve ser encarada não apenas como uma alternativa de ensino, mas como uma ferramenta de inclusão e transformação

social que, para ser eficaz, necessita atender integralmente às necessidades desse grupo.

As causas do abandono escolar podem ser observadas quando jovens e adultos são forçados a deixar a escola para ingressar no mercado de trabalho, enfrentando condições de acesso e segurança precárias, horários incompatíveis com suas responsabilidades, escassez de vagas, professores ou material didático, além de abandonarem a escola por julgarem que a formação recebida não tem relevância para suas vidas (Campos, Oliveira, 2003).

Compreender as razões da evasão na EJA é essencial para os educadores que atuam nesse campo, pois a evasão impacta diretamente o sucesso educativo dos alunos. Muitas pesquisas indicam que as principais razões para o abandono escolar envolvem questões socioeconômicas e a falta de apoio familiar, além das dificuldades em conciliar trabalho e estudo. Esses fatores transformam a permanência na escola em um desafio significativo, criando um ciclo vicioso de dificuldades que impede a superação do analfabetismo e limita as oportunidades de transformação social.

Apesar do reconhecimento dos desafios, as políticas públicas dirigidas à EJA têm se revelado ineficazes no enfrentamento desses problemas. A ausência de uma abordagem integrada e focada nas necessidades específicas dessa população resulta em uma carência de ações eficazes que garantam a continuidade e o sucesso educacional. Um exemplo evidente é a falta de materiais didáticos atualizados, essenciais para um aprendizado significativo, assim como a escassez de formação continuada para os educadores, comprometendo a qualidade do ensino. Muitos professores da EJA possuem formação em pedagogia, mas carecem de conhecimentos sobre andragogia, que estuda os métodos de ensino para adultos, dificultando a adoção de práticas pedagógicas mais apropriadas e eficazes para esse público, que tem experiências e necessidades distintas em relação aos alunos do ensino regular.

Para que o Brasil consiga erradicar o analfabetismo e promover a inclusão educacional, é crucial que o governo implemente um plano estratégico com metas claras e de longo prazo, abrangendo desde a Educação Infantil até a EJA. Esse plano deve ser monitorado continuamente, garantindo que as ações atendam às reais necessidades da população. A avaliação dos resultados

precisa ser constante, com flexibilidade para corrigir falhas rapidamente e adaptar as estratégias às diferentes realidades locais, respeitando as particularidades das diversas regiões do país.

Se essas medidas não forem adotadas, o analfabetismo continuará a ser um impedimento ao desenvolvimento social e econômico, afetando especialmente as áreas mais vulneráveis e contribuindo para o ciclo de desigualdade. Portanto, é urgente que o governo, em colaboração com a sociedade, assuma um compromisso sério com a educação de jovens e adultos, assegurando não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o sucesso educacional dessa população.

Bolsas de estudo: ideias e políticas

Os jovens e adultos das classes populares que ingressam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam dificuldades que são reflexo das desigualdades econômicas e culturais na sociedade. As responsabilidades assumidas por muitos como trabalhadores dificultam o equilíbrio entre estudo e trabalho, comprometendo sua permanência e sucesso no ambiente escolar.

A pesquisa realizada por Vargas e Paula (2011) aponta que a relação conflituosa entre trabalho e estudo figura entre as principais causas da evasão escolar na EJA. Muitos alunos não conseguem atender às demandas de ambos os campos, criando um descompasso entre suas expectativas educacionais e a realidade que vivenciam.

A análise de Forachi (1977) sobre a figura do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante oferece uma perspectiva relevante sobre essa dinâmica. O estudante-trabalhador consegue conciliá-las, geralmente por meio de empregos de meio período e cursos noturnos. Por sua vez, o trabalhador-estudante prioriza o trabalho, relegando a educação a um segundo plano. Esta realidade está associada a fatores sociais e culturais, como acesso restrito a materiais didáticos e alimentação, além da escassez de tempo dedicado aos estudos (Almeida, 2010).

Ademais, as questões subjetivas têm grande relevância. Muitos alunos da EJA experienciam um choque cultural ao transitar entre suas realidades sociais

e o ambiente escolar, frequentemente sentindo exclusão e falta de pertencimento, especialmente em turmas compostas por estudantes de diferentes classes sociais. Zago (2005) e Piotto (2007) enfatizam que essa exclusão é comum, levando muitos alunos oriundos das classes populares a perceberem a escola como um espaço elitizado, tanto social quanto intelectualmente (Pinheiro, 2007).

Apesar das dificuldades, o percurso educacional na EJA pode propiciar mudanças significativas. Conforme indicam Piotto (2007), a adesão à EJA pode alterar a percepção das famílias em relação à educação, promovendo a aceitação das diferenças culturais e ampliando as possibilidades de transformação nas relações familiares e comunitárias. Esse processo pode também fomentar um engajamento político e social, onde os conhecimentos adquiridos são utilizados para interpretar e transformar realidades, especialmente através de programas de extensão e ações comunitárias (Pinheiro, 2007; Silva e Teixeira, 2007; Arenhaldt, 2012).

Embora as dificuldades sejam evidentes, a experiência educacional na EJA pode se constituir em uma ferramenta potente de transformação social e pessoal. O sofrimento e as limitações enfrentadas não configuram a única narrativa; muitas vezes, os estudantes visualizam novas oportunidades de vida, desafiando as restrições impostas por sua origem social e ampliando suas perspectivas futuras.

Mesmo diante das adversidades sociais, familiares e escolares, os relatos de vida revelam uma força e vitalidade notáveis, evidenciando a possibilidade concreta de continuidade nos estudos (Arenhaldt, 2012, p. 16).

Em suma, o acesso à EJA não assegura o sucesso de todos os estudantes. A continuidade nesse modelo educacional está intimamente relacionada a uma combinação de fatores socioeconômicos e benefícios materiais, além de depender de estratégias pedagógicas e acadêmicas eficazes. É essencial criar ambientes de aprendizagem que valorizem a trajetória de cada aluno, promovendo um espaço intelectual que reconheça e respeite os saberes provenientes de suas experiências educacionais e de vida (Arenhaldt, 2012; Pinheiro, 2007).

Políticas públicas e bolsas de estudo

As políticas públicas desempenham um papel essencial na estrutura e no progresso de uma sociedade, refletindo a postura do governo diante das demandas sociais e dos desafios enfrentados pela população. Em momentos de crise e com restrições orçamentárias, é fundamental gerenciar os recursos de forma eficiente e promover o bem-estar social, enquanto a sociedade clama por maior transparência e efetividade nas ações do governo.

No contexto das políticas públicas, as contribuições teóricas de H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton são indispensáveis para compreender o processo de formulação e implementação. Laswell, por exemplo, enfatiza a interação entre conhecimento acadêmico e prática governamental, ressaltando a influência dos cientistas sociais e outros stakeholders sobre as decisões políticas. Simon foca nos problemas que surgem da falta de informações precisas na tomada de decisões. Lindblom amplia essa perspectiva ao considerar as relações de poder, a burocracia e o cenário eleitoral na formulação de políticas. Easton, com sua abordagem sistêmica, propõe uma visão holística que abrange a criação de políticas e a influência de vários atores políticos, como partidos, mídia e grupos de interesse.

Conforme Mainardes (2006), o ciclo das políticas públicas inicia-se com a identificação de problemas e demandas sociais, prosseguindo para a formulação da agenda governamental e a definição de indicadores que possibilitem um diagnóstico acurado da realidade. Esses indicadores são cruciais para a tomada de decisões e para o acompanhamento da implementação das políticas. A avaliação contínua assegura que as políticas atendam de forma eficaz às necessidades da sociedade, fornecendo dados objetivos sobre sua eficiência e efetividade.

A análise e avaliação das políticas públicas requerem critérios bem definidos para assegurar uma gestão eficiente e transparente. Nesse cenário, os indicadores são fundamentais, pois transformam conceitos abstratos em dados mensuráveis. Isso possibilita diagnósticos mais precisos da realidade social e auxilia na elaboração de estratégias de ação, fundamentando a tomada de decisões.

Esses indicadores são organizados em áreas temáticas, como saúde, educação e segurança, o que facilita a criação de programas e iniciativas que melhorem a gestão pública. A utilização de representações gráficas, como diagramas, ajuda a conectar os dados coletados aos objetivos governamentais, evidenciando o impacto das políticas. Assim, os indicadores tornam-se ferramentas indispensáveis para uma administração pública eficaz e alinhada às necessidades reais da população.

Após a implementação, os indicadores devem ser submetidos a uma avaliação rigorosa, além de um monitoramento constante e análises aprofundadas, permitindo as correções e melhorias necessárias. Essa prática garante dados claros e transparentes, essenciais para que o governo alcance suas metas e objetivos. Os indicadores são cruciais na identificação de problemas e, por meio de suas análises, podem contribuir para a solução deles, como no caso de bolsas de estudo que garantem a qualidade da educação.

Os indicadores institucionais visam avaliar o desempenho e proporcionar uma compreensão abrangente da trajetória da instituição. Com essa abordagem, a instituição pode se fundar em informações essenciais para delinear estratégias de desenvolvimento. Esses indicadores oferecem uma visão integrada, facilitando a elaboração de ações que estejam em conformidade com o planejamento e compromissos institucionais. Políticas robustas e bem estruturadas podem elevar a eficiência do setor público.

Conforme Griboski et al. (2017), “[...] a apropriação de informações sobre a qualidade institucional é um fator-chave para a autonomia e emancipação”. Portanto, é imperativo obter dados que realmente reflitam a trajetória e o desempenho das escolas e instituições, por meio de indicadores de qualidade. Essas informações podem potencializar as atividades de planejamento no setor público, contribuindo para a construção de um referencial teórico sólido.

Quanto mais detalhadas forem as informações, mais precisa será a análise da realidade social. Para aprimorar a governança e desenvolver a autoconsciência institucional, é vital capacitar equipes de profissionais qualificados na criação de indicadores e na pesquisa. Essa abordagem permitirá uma análise mais aprofundada, além da formulação e implementação de

políticas sociais, promovendo um avanço na compreensão das mudanças sociais e dos fatores que influenciam diversos fenômenos.

Os profissionais envolvidos na pesquisa institucional devem ocupar posições estratégicas para coletar dados relevantes, buscando uma gestão de qualidade que supere as fragilidades institucionais. Assim, será possível avaliar as diferentes transformações resultantes das decisões e estratégias de gestão, incluindo a implementação, avaliação e impacto das políticas públicas.

Griboski et al. (2017) salientam a necessidade de novos indicadores que superem a visão tradicional e elitista da educação voltada aos interesses do capital, reconhecendo-a como um bem público, de acordo com os princípios e diretrizes constitucionais do nosso país: - Promover uma educação pública de qualidade é dever do Estado e direito da população (Griboski et al., 2017, s/p).

A instituição possui um vasto conhecimento sobre normas, métodos e procedimentos, especialmente aqueles que requerem formação científica e habilidades adquiridas por meio da experiência. Esse conhecimento pode ser aplicado para esclarecer até 69 indicadores de qualidade na pós-graduação. Esses indicadores irão contribuir para a gestão e servir como base para o desenvolvimento de novas estratégias de inovação. Ademais, permitirão a antecipação de táticas de gerenciamento em um cenário dinâmico, que impacta diretamente as instituições de ensino. Um planejamento proativo é essencial para enfrentar esses desafios, conforme o guia de avaliação de políticas públicas do IPEA (2018).

[...] as avaliações de políticas públicas executadas pelos setoriais sejam ampliadas para que subsidiem o aperfeiçoamento da gestão e execução de suas políticas. As avaliações são executadas também por organizações da sociedade civil, como universidades e centros de pesquisas. Essas avaliações externas e independentes da equipe de gestores e técnicos envolvidos com a execução da política pública contribuem para o repositório coletivo de evidências a serem usadas nos debates da sociedade sobre as políticas em execução. Quanto mais avaliações disponíveis, melhor será a qualidade do debate e das propostas de aprimoramento das políticas públicas (IPEA, 2018, s/p).

Para assegurar que as estratégias institucionais sejam claramente definidas e fundamentadas, é imprescindível realizar uma investigação minuciosa sobre os efeitos de cada decisão ou conjunto de decisões. É crucial identificar e monitorar o impacto de cada escolha na instituição como um todo,

garantindo que as mudanças promovam benefícios que respeitem o interesse público. A avaliação e o acompanhamento das políticas públicas proporcionam a flexibilidade necessária para que as instituições adotem as melhores práticas na elaboração, gestão e análise de suas ações. O monitoramento pode revelar tendências e possibilitar ajustes rápidos para alinhar-se aos princípios da administração pública.

Peter Drucker (1980) frisou que o planejamento estratégico se baseia na gestão por planos (decisões), enquanto a administração estratégica se concentra na gestão por resultados. Para implementar boas práticas na avaliação de políticas públicas, é fundamental explorar os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade e impacto, utilizando dados que se convertam em indicadores. Esses indicadores devem ser selecionados de forma a fornecer resultados confiáveis que orientem decisões futuras.

A escolha dos indicadores para a avaliação deve considerar os elementos que se pretende analisar – por exemplo, se desejamos mensurar ou monitorar a eficiência, a eficácia, a efetividade ou o impacto de uma política específica. A eficiência diz respeito ao uso apropriado dos recursos financeiros, materiais e humanos em relação às atividades e resultados alcançados. A eficácia relaciona as ações implementadas aos resultados obtidos. A efetividade verifica se as mudanças trazidas por um programa se incorporam à realidade da população-alvo. O impacto refere-se ao poder de influência e difusão de um projeto realizado (Minayo, 2016, p. 85).

As estratégias podem ser aprimoradas ou até alteradas à medida que os resultados do monitoramento se tornam disponíveis. A realização de pesquisas regulares e direcionadas é essencial para avaliar o impacto social das políticas públicas. Um dos fundamentos dessa avaliação é a concessão de bolsas de estudo. Com essas bolsas, muitos estudantes podem se dedicar integralmente aos estudos, sem se preocupar em trabalhar em tempo integral para garantir sua subsistência. Analisar como as bolsas são distribuídas e como governantes e gestores as disponibilizam para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um indicador relevante sobre a utilização dos recursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é imperativo que o educador transcenda o domínio técnico e busque abordagens motivadoras para engajar seus alunos. Em uma sociedade capitalista, onde fatores econômicos exercem um forte impacto sobre a vida das pessoas, é crucial considerar a realidade das classes sociais menos favorecidas, que enfrentam a pobreza e lutam diariamente pela sua sobrevivência. Portanto, tanto a atividade laboral quanto a educação são essenciais para superar os obstáculos enfrentados pelos grupos marginalizados.

Assim, a EJA tem como meta primordial atender aqueles que foram excluídos do sistema educacional por diversas razões ao longo da história. Para alcançar sua missão, a EJA deve se integrar a outras políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociorraciais no Brasil, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acessível. A articulação dessas políticas é fundamental para enfrentar as desigualdades estruturais e garantir a plena participação dos indivíduos na sociedade, promovendo sua autonomia e cidadania.

Portanto, aumentar o nível de escolaridade e promove a inclusão e a redução das desigualdades educacionais. Além disso, a continuidade dos estudos pode abrir portas para novas oportunidades profissionais, criando um ciclo virtuoso que beneficia não apenas os estudantes, mas toda a comunidade. Investir em políticas de incentivo à EJA por meio de bolsas sendo, portanto, um passo essencial para construir um futuro mais justo e educado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, W. M. O Prouni e a “**democratização**” do ensino superior: explorações empíricas e conceituais. 33ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2010.

Arenhaldt, R. **Estudantes de origem popular na Universidade**: Vidas entrelaçadas no Programa Conexões de Saberes da UFRGS. 35ª Reunião Anual da ANPEd. Porto de Galinhas/PE, 2012.

Bertrand, O. **Avaliação e certificação de competências e qualificações profissionais.** Olivier Bertrand. Brasília: UNESCO/ IIPÉ, 2005.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1998.

Campos, Maria, Oliveira, José. **Abandono Escolar: Causas e Consequências.** Editora Beta, 2003.

Di Pierro, Maria Clara. **O impacto da inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica:** um estudo em municípios paulistas. Em *Aberto*, v. 28, n. 93, p. 119-130, 2015.

Drucker, Peter F. **The deadly sins in public administration.** *Public administration review*, v. 40, n. 2, p. 103-106, 1980.

Foracchi, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Freire, Paulo, Torres, Carlos Alberto; Novoa, Carlos Alberto Torres. **Diálogo com Paulo Freire.** Edições Loyola, 1979.

Friedrich, Márcia, Benite, Anna M. Canavarro, Benite, Cláudio R. Machado, Pereira, Viviane Soares. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil:** de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

Frigotto, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 235-254, 2011.

Schettini, Natália Jardim de Carvalho, Griboski, Rejane Antonello, Faustino, Andréa Mathes. Partos normais assistidos por enfermeiras obstétricas: posição materna e a relação com lacerações perineais espontâneas. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 932-940, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Educação 2022.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 dez. 2024.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise.** Ex post. v. 2. Brasília: Ipea. Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504&Itemid=433 >. Acesso em 1 jan. 2025.

Mainardes, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas:** Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a03v27n94.pdf> >. Acesso em 16/02/2019.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 33 (1 Supl. 1) p. 83-91; 2009 v. 21, n. 64, p. 13- 37, mar. 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1> >. Acesso em 1 jan. 2025.

Oliveira, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil:** elementos para uma filosofia afrodescendente. 2021.

Pinheiro, D. **Universidade e comunidades populares:** um diálogo necessário. 30ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2007.

Piotto, D. C. **Aspectos psíquicos de trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares.** 30ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2007.

Santos, João. **Educação e Trabalho:** Desafios para a Permanência dos Estudos. Editora ABC, 2003.

Saviani, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise do projeto do MEC. Educ. Soc, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, Oct. 2007.

Silva, V. A; Teixeira, A. M. F. **Jovens universitários de origem popular:** alterando percursos. 30ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2007.

Vargas, H. M; Paula, M. F. C. **Novas fronteiras na democratização da educação superior:** o dilema trabalho e estudo. 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal/RN, 2011.

Zago, N. **Do acesso à permanência no ensino superior:** percurso de estudantes universitários de camadas populares. 28ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2005.